

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	5
Introdução	9
1 O ICMS e o Federalismo Fiscal Brasileiro	13
1.1 A discriminação de rendas tributárias na constituição federal de 1988	13
1.2 A unidade econômico-política do território nacional e seus reflexos em matéria tributária.....	15
1.3 O ICMS	17
1.3.1 A gênese do ICMS	17
1.3.2 As hipóteses de incidência do ICMS	20
1.3.3 O ICMS – circulação de mercadorias.....	21
1.3.4 O ICMS na Constituição Federal de 1988	24
1.3.5 O ICMS na Lei Complementar nº 87/96	27
2 A antecipação tributária	33
2.1 Espécies de antecipação tributária: substituição tributária “para frente” e antecipação tributária sem substituição.....	33
2.2 Histórico da antecipação tributária com substituição no Brasil	38
2.3 Histórico da antecipação tributária sem substituição no Brasil	51
2.4 Aplicação do regime de antecipação tributária sem substituição nos dias atuais	76
3 O regime de antecipação tributária sem substituição no âmbito do ICMS	83
3.1 A cobrança antecipada do ICMS em face do próprio contribuinte e os diversos regimes adotados pelos Estados.....	83

3.2 A adoção da antecipação tributária sem substituição acompanhada de medidas administrativas restritivas da atividade econômica do contribuinte.	88
3.3 O alcance do artigo 150, §7º da Constituição Federal de 1988.....	109
3.4 A problemática em torno da reserva de lei complementar.....	134
3.5 Necessidade de observância de princípios constitucionais tributários gerais e específicos do ICMS.....	157
3.6 Análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	167
3.7 Análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	184

4 A inconstitucionalidade da antecipação tributária sem substituição no âmbito do ICMS	197
4.1 O artigo 150, §7º da Constituição Federal de 1988.....	197
4.1.1 Ausência de previsão da antecipação tributária sem substituição	197
4.1.2 A inaplicabilidade do artigo 37, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, para efeitos de antecipação tributária.....	200
4.2 A reserva de lei complementar para o trato da matéria	202
4.2.1 Existência de conflito de competência por via oblíqua entre os Estados	203
4.2.2 Regular limitação constitucional ao poder de tributar	206
4.2.3 Normas gerais em matéria de legislação tributária.....	207
4.2.4 Tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte	208
4.2.5 A questão da intertemporalidade	209
4.3 Princípio da legalidade tributária	212
4.4 Princípios da anterioridade de exercício e nonagesimal.....	214
4.5 Princípios da isonomia e da capacidade contributiva	215
4.6 Princípios da não discriminação tributária em razão da origem ou destino e da liberdade de tráfego	218
4.7 Princípios da não-cumulatividade, da neutralidade e da seletividade.....	220

Considerações finais.....	223
Referências.....	229
Apêndice A – Legislações analisadas.....	239